

Cadernos de estágio

Os desafios da formação do professor de Letras-Português, a partir de Estágio no Proeja

Alessandra Barbosa Adão ¹

Informações

1 aleadao@outlook.com

Como citar este texto

ADÃO, Alessandra Barbosa. Os desafios da formação do professor de Letras-Português, a partir do Estágio no Proeja. Cadernos de Estágio v. 8, n. 1, 2026. DOI: [10.21680/2763-6488.2026v8n1ID38272](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2026v8n1ID38272).



Esse relato apresenta o período de regência durante o Estágio Supervisionado III do Proeja¹ (Curso Noturno de Guia de Turismo), em 2018, no período em que a autora principal deste trabalho cursava Licenciatura em Letras-Português, no Campus Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Essa experiência contribuiu para a formação docente, visto que o estágio é uma etapa fundamental para a formação do profissional. E, quando falamos de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que em sua maioria pertencem a classe trabalhadora, requer-se um planejamento adequado, pois estes “trazem para o espaço-tempo escolar tanto a marca da destituição de direitos, quanto a riqueza de suas experiências de luta pela vida” (Ciavatta; Rummert, 2010, p. 465).

2

A partir disso, apresenta-se como problemática a seguinte indagação: Como o Estágio Supervisionado no Proeja, IFES/Campus Vitória, pode contribuir para a formação do professor em Letras-Português? Este relato de experiência tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e o diário de bordo, e como objetivo geral analisar a formação do professor de Letras-Português no IFES, partindo da experiência aqui relatada e à luz dos referenciais teóricos utilizados.

A escolha do tema se deve ao fato da primeira autora ter percebido reciprocidade dos alunos do Proeja durante a prá-

tica de Estágio Supervisionado, e ainda, por considerar relevante o aprendizado obtido a partir dessa troca, gerando, inclusive, estímulo a atuar/pesquisar/estudar esse público.

Relato da experiência: o fazer e o aprender do cotidiano no contexto do Estágio Supervisionado

Antes de começar o relato vivenciado no Proeja, no ano de 2018, cabe tecer algumas considerações:

1) O Estágio Supervisionado (ES) integra a Grade Curricular do Curso de Licenciatura em Letras-Português do IFES/Campus Vitória de forma obrigatória com carga horária de 135 horas semestral. A instituição apregoa que a disciplina deve ocorrer nos últimos três semestres do curso, normalmente do 5º ao 7º período, e exige-se dedicação dos discentes para lecionar no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Proeja, a ser realizado em horário diferente do curso. As escolas onde ocorrem os estágios são indicadas pelos docentes da disciplina de ES, a depender da parceria do IFES com as instituições de ensino da educação básica.

2) Os discentes de Letras-Português, normalmente, são separados em duplas para planejar e lecionar as aulas. Nesse sentido, desde o Estágio Supervisionado I foi constituída a dupla que a autora principal deste trabalho fez parte para tal atividade. Logo, durante as três disciplinas de ES, as discentes foram

1. Cabe apontar que a sigla proeja significa Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

lecionando, planejando e trocando angústias, saberes e aprendizados no decorrer de cada nova turma.

Com as devidas ressalvas, segue-se o relato de experiência, a partir de uma vivência particular, mas, quando necessário, será mencionado a parceria de dupla de estágio que constitui o aspecto de uma formação coletiva.

A disciplina foi dividida em duas etapas: a primeira ocorreu antes do estágio, com as professoras da disciplina repassando algumas informações como: carga horária de regência, curso/turno/escola, quem seria a professora regente da respectiva turma, referências para embasar a práxis educacional e a produção do relatório final. Os encontros com as professoras ocorriam duas ou três vezes antes da realização do estágio. Já a segunda etapa, resume-se a prática do ES na turma do Proeja, que também compreende três momentos importantes:

- Período de observação, que neste caso, foi apenas um dia onde as licenciandas foram apresentadas à turma e dúvidas foram sanadas com a professora regente. Além disso, as estagiárias tomaram ciência do conteúdo que deveriam lecionar e o quantitativo de aulas para tal prática docente.
- Período de planejamento onde os planos de aula foram apresentados para a professora regente.
- Período de regência.

O período que englobou a observação, planejamento e regência teve a duração de um mês, no ano de 2018, na turma do Curso de Guia de Turismo, do horário noturno, do Proeja do IFES

– Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória. A turma era composta por 36 alunos, sendo 10 homens e 26 mulheres. Além desse quantitativo, a maioria era formada por negros e negras, com mais de 25 anos e que estavam afastados da sala de aula há mais de cinco anos. Com exceção de quatro alunas que tinham faixa etária entre 18 e 21 anos, os demais seguiam o perfil já mencionado.

Lecionar no Proeja para a primeira autora foi um grande desafio. No início, ela sentiu muito medo, mais do que nos outros estágios, pois teve que lidar com alunos da mesma idade dela ou até mais velhos. Ela ressalta que a turma foi receptiva e que era comum os alunos partilharem muitas angústias, conversas na hora do intervalo escolar ou tirar dúvidas com as estagiárias, mesmo quando não estavam mais regendo as aulas, visto que havia rotatividade entre as duplas de licenciadas na regência do Estágio Supervisionado.

Ainda a respeito da turma, os alunos demonstravam parceria entre eles, até por serem adultos e por trabalharem o dia inteiro, caso da maioria. Com isso, era comum ter café, lanche compartilhado e apoio na realização das tarefas propostas pelas professoras.

O primeiro momento (observação) na sala de aula foi tranquilo. Na ocasião, a professora regente solicitou ajuda das licenciandas na aplicação de exercício enquanto nos apresentava à turma. A

professora foi receptiva e se colocava à disposição em caso de dúvidas e alterações, por exemplo, interrupções de acesso ao transporte público nesse período, o que nos exigiu uma atenção nas adaptações dos planejamentos.

Sobre as regências, a pedido da professora titular da turma, foi dividido os dias e os conteúdos que cada licencianda iria lecionar, para que ambas pudessem realizar as regências em dias alternados. Teve-se seis aulas disponíveis para abordar o conteúdo dos temas transversais, determinados pela professora regente, sobre Direitos Humanos – o indivíduo. As estagiárias optaram por focar nas mulheres, os direitos e seu papel na sociedade, visto que é um tema recorrente na mídia e de fácil compreensão. Assim, dividiu-se em duas aulas para cada licencianda, deixando os dois últimos encontros para ministrarem juntas.

As aulas de português aconteciam nas terças e quintas-feiras. Além disso, as duplas deveriam distribuir 20 pontos de avaliação, onde as estagiárias distribuíram da seguinte forma: cinco pontos de participação, 10 pontos para a discussão sobre as mulheres e cinco pontos sobre a temática de variações linguísticas.

Ao terem conhecimento dos conteúdos, a dupla de estagiárias planejou a dinâmica das aulas. Pesquisaram na internet, consultaram o livro que a professora regente utilizava, e a procuraram em vá-

rios momentos para adequar o conteúdo aos alunos. Após esta etapa, enviaram previamente o plano de aula para esta.

A autora lembra da professora regente orientando a utilizar gêneros textuais e/ou músicas do cotidiano dos alunos para propor os debates e atividades, e de apenas ocorrer uma alteração nos planos. Outra recomendação desta é de que levassem os materiais impressos para os alunos, dinamizando a aula. Todos os planos de aula tinham como objetivo abordar a leitura, a interpretação crítica e a produção de textos.

As duas primeiras aulas foram ministradas pela parceira de dupla da autora deste trabalho. Ela iniciou o tema “Direitos Humanos: o indivíduo”, voltada para as mulheres, pela proximidade com a comemoração do Dia Internacional da Mulher no mês de março. Na ocasião, explicou o tema, aplicou o exercício proposto que envolvia o gênero textual canção, a partir das músicas “Emília” de autoria Haroldo Lobo e “Pagu” de Rita Lee². A correção do exercício aplicado foi corrigida pelas estagiárias no quadro com o objetivo de dar uma devolutiva para os alunos.

Na semana seguinte foi a vez da autora deste texto conduzir a turma. No primeiro dia, ministrou a aula sobre as “Variações Linguísticas”, discutindo a questão do preconceito linguístico, diferenças sociais de fala e o acesso aos direitos humanos. Após isso, aplicou o exercí-

2 A música “Emilia” pode ser consultada no link: <https://www.letras.com/haroldo-lobo/691754/>. Já a música “Pagu” pode ser consultada no link : <https://www.letras.com/rita-lee/81651/>.

cio com questões discursivas, a partir da charge, exposta na Figura 1, tendo como base os conceitos apresentados. Além disso, apresentou a música “Documento do Matuto” de Luiz Gonzaga³.

Figura 1 – Charge que aborda o tema Variações Linguísticas



Fonte: Arquivo pessoal

5

Esse exercício aplicado foi corrigido no mesmo esquema das primeiras aulas, mas, ao fazer a correção no quadro, a autora contou com a ajuda da sua companheira de dupla, pois nos estágios anteriores não escrevia no quadro e neste o medo havia lhe tomado. Isso não atrapalhou o aprendizado dos alunos, visto que eles ficaram atentos e ávidos pela correção.

Vale mencionar, que determinados assuntos rendiam, e em muitos casos, as estagiárias, deixavam seguir, pois os alunos estavam ávidos por essas discussões, como no tema “preconceito linguístico”. Mas, em alguns momentos a

professora regente intervinha para dar continuidade a dinâmica da aula devido ao planejamento e calendário escolar.

Na terceira semana, foi aplicada uma atividade avaliativa com o tema Direitos Humanos: a mulher. Tal atividade apresentava uma questão objetiva e uma produção textual, a partir da conquista das mulheres.

Durante as aulas, percebeu-se que os alunos tiveram dificuldades em produzir redações, faziam blocos textuais, colocavam letras maiúsculas no meio das palavras e orações, faltava pontuação e acentuação. Por isso, durante os exercícios de produção textual reforçou-se a estrutura da redação e questões de escrita, recorrendo ao quadro com tal explicação. Ainda assim, as professoras estagiárias iam de cadeira em cadeira tirando dúvidas, auxiliando e explicando a dinâmica do texto.

Na última semana de regência, foi retomado o tema “Variação Linguística” e aplicou-se outro exercício com a temática. Nesta atividade, foi permitido aos alunos consultarem a folha de conceitos do tema. As propostas de atividades e discussões privilegiaram a fala e argumentação dos alunos, além de proporcionar um conhecimento com base em outros textos, como canções, dicionários e poemas. No último dia, a avaliação foi devolvida aos alunos e as professoras fizeram as considerações, apontando de forma geral as principais incorreções da turma.

³ A música “Documento do Matuto” pode ser consultada no link: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/1561254/>.

O Estágio Supervisionado III foi o mais desafiador para a autora deste texto, por ter que lidar mais de perto com a professora regente, com as colegas de curso e com as dificuldades da turma. Mas, isso tudo contribuiu para o seu amadurecimento sobre dar aula. O medo que teve de escrever no quadro durante este estágio, segundo ela, foi superado e que no fim, valeu a pena ter estado em sala, pois, certamente aprendeu muito sobre a prática docente dentro e fora da sala de aula na educação básica.

Discussões e Bases teóricas para/ sobre o Estágio Supervisionado no Proeja

6

A formação de professores nos Institutos Federais (IFs) tem início na promulgação da Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que institui a Rede Federal de ensino dos antigos Cefets⁴ e que dá outras providências, como a oferta de no mínimo 20% das vagas em cursos para as Licenciaturas. Assim, instituições centenárias, a exemplo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, criado a partir de 1909, com um longo histórico de formação técnica para o trabalho, começa a repensar seu

projeto estruturante de ensino e formação. No IFES, Campus Vitória, foram implementadas as Licenciaturas de Matemática e Letras-Português em 2012 e 2011, respectivamente.

É através desses cursos que a disciplina de Estágio Supervisionado é articulada, com foco na formação dos docentes. No caso do curso de Letras-Português a carga horária para o estágio é de 405 horas totais, sendo iniciada após a metade do curso e da realização dos pré-requisitos, com caráter obrigatório, abrangendo a regência nos Ensinos Fundamental e Médio, e na Educação Técnica e Profissional de Ensino Médio, equivalendo 135 horas semestrais em cada modalidade de ensino. O estágio é regulado pela Resolução do Conselho Superior do IFES nº28/2014⁵, de 27 de junho de 2014, determinado para os alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior deste Instituto, que segue a Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 2 de julho, que por sua vez define as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2015).

Desse modo, conforme Ludke (2009), o estágio deve ser encarado não apenas como disciplina obrigatória para a formação inicial docente, mas como es-

4 Essas instituições, de âmbito federal, foram criadas em 1978, inicialmente, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná com o objetivo de ofertar o ensino técnico, tecnológico e engenharias. (BRASIL, 2025).

5 Essa Resolução foi atualizada para a de nº 58/2018, de 17 de dezembro de 2018. Mas, a informação que colocamos no texto deste artigo segue o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras-Português publicado em 2016. Disponível no site do Ifes. Link: https://vitoria.ifes.edu.br/images/stories/Cursosdocs/ppc_letras_2017.pdf

paço-tempo de valorização e reconhecimento da experiência dos profissionais. Sendo necessário romper com a dicotomia entre o que é ensinado pelos professores das IES com a realidade da educação básica, já que “[...] Os professores, formadores de futuros educadores para a educação básica, não têm uma visão sequer razoável da realidade desses sistemas de ensino e não têm, em sua maioria, nenhuma vivência nele, como professores” (Ludke, 2009, p.99).

Nesse sentido, o estágio, não apenas o obrigatório, torna-se um campo fértil para quebrar paradigmas e propor perspectivas para o ensino, criando conexão entre o futuro docente e a rede básica de ensino. Isso, oportuniza aos Licenciandos “[...] articular os vários elementos que estão percebendo na realidade observada de modo que avancem no seu desenvolvimento pessoal e na constituição dos seus estilos de atuação” (Almeida; Pimenta, 2014, p. 29). Mas, quando se pensa nos alunos da EJA, o perfil do futuro professor, conforme salienta Pimenta e Lima (2017), deve ser um “[...] profissional crítico-reflexivo, pesquisador de sua práxis docente e da práxis que ocorre nas escolas” (Pimenta; Lima, 2017, p.39).

Vale mencionar que o acesso de jovens e adultos ao ensino básico é garantido pela Constituição Federal, por meio do Art. 208 e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 (BRA-

SIL, 1996), que regulamenta a EJA como uma modalidade de ensino. Em 2005, foi estabelecido o programa de âmbito federal para integrar a Educação Básica à formação técnica: o Proeja, através do Decreto 5.748/2005, alterado pelo Decreto 5.840/2006 (BRASIL, 2006). Na atualidade o conhecemos pelo nome de EJA-EPT - Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional, conforme a Portaria nº962, de 1 de dezembro de 2021, com os seguintes princípios:

I - integração entre a formação básica e a formação profissional, na perspectiva de uma aprendizagem ao longo da vida, de formação integral do educando, de forma a propiciar a melhoria de suas condições de vida e de trabalho;

II - educação e formação profissional como direitos de jovens, adultos e idosos;

III - oferta de EJA, fundamentada em práticas educativas que atendam às especificidades dos educandos, de modo a considerar e valorizar saberes, culturas, línguas, projetos de vida e processos produtivos, e promover uma educação contextualizada;

IV - trabalho compreendido como princípio educativo;

V - pesquisa compreendida como princípio pedagógico; e

VI - articulação da EJA com os arranjos produtivos locais como forma de integração entre a educação básica e o mundo do trabalho (BRASIL, 2021).

Mais do que uma modalidade de ensino diferente do Ensino Fundamental e Médio, a EJA não deve ser vista como um local de aceleração, pois, conforme Dutra, estes “são jovens e adultos que representam uma determinada camada da população e, ao refletir

sobre esta camada, devemos considerar a heterogeneidade desse grupo, seus interesses, necessidades e vivências (Dutra, 2010, p. 68).

Esse ponto acentuado por Dutra (2010), dialoga com a vivência relatada neste trabalho, visto que os 36 alunos tinham faixa etária, histórias de vida, aspirações de futuro e vontades heterogêneas. Isto se torna desafiador, ao passo que essas vivências devem fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, sendo que o conteúdo e conhecimento partilhado em sala de aula deve ter sentido e valor para a formação profissional e humana desse sujeito.

Conclusões

8

Esse trabalho se propôs a analisar as trocas e aprendizados partilhados no processo de formação docente no curso de Licenciatura em Letras-Português, do IFES, Campus Vitória, a partir da vivência no Estágio Supervisionado III – na turma do Proeja, do Curso de Guia de Turismo, noturno. Muitos foram os desafios no ensinar e partilhar com os alunos do Proeja, desde pensar a linguagem dos exercícios e das aulas, até repensar o modo como esse público é tratado por uma maioria, com certa benevolência e/ou olhar assistencialista.

Ainda assim, acredita-se que os desafios foram superados, visto que ao final do estágio era perceptível a relação respeitosa e de parceria criada entre professora, alunos da EJA e licenciandas.

Por fim, acredita-se que a escolha por desenvolver este relato e o estímulo a atuar/pesquisar sobre a EJA, provenha da reciprocidade percebida entre os alunos do Proeja e da licencianda, e também, pela relevância do aprendizado obtido nessa troca. A autora afirma que em muitos casos a parceira em dupla a salvou, pois, como a outra discente já possuía formação em Pedagogia, o trato com o aluno já era algo rotineiro, mas para a referida autora era desafiador, pois lidava com a formação de outras pessoas, mesmo tendo outra formação acadêmica (Bacharel em Jornalismo).

Nesse sentido, a prática da parceira de dupla a acalmava, tornando o estágio mais leve, criando um laço de amizade que extrapolaram a Licenciatura, visto que os planejamentos eram dialogados e as licenciandas traziam as próprias experiências de formações para possibilitar outra leitura de mundo quando voltavam o olhar para os alunos. Destaca-se que o aprendizado adquirido, advindo dessa disciplina (Estágio Supervisionado III), começa com a troca de saberes entre as licenciandas e os colegas do Curso de Letras, desde o planejamento até à execução da prática de estágio.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria I.; PIMENTA, S. G. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

BASSO, I. S.; MAZZEU, F. J. C. Formação

de professores: Contribuições da perspectiva histórico-social. In.: **Simpósio Formação de Professores: Tendências Atuais**. São Carlos, UFSCar, 1995.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jul. Seção 1, 2006.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008** - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 02 de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial [da] União, Brasília, 2015.

BRASIL. **PORTARIA Nº 962, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021**. Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Fede-

ral de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2021.

BRASIL. **Centros Federais de Educação Tecnológica**. Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/rede-federal/centros-federais-de-educacao-tecnologica>. Acesso: 25 setembro 2024.

Clavatta, M.; Rummert, S. M. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, jun. 2010.

Dutra, A. S. Histórias vividas dos alunos da EJA em Mesquita: um reconhecimento na prática educativa. In: Souza, José dos Santos. Reflexões da prática docente na EJA. **Seropédica**: Educ, 2010. p. 67-78.

Ludke, M. Universidade, escola de educação básica e o problema do estágio na formação de professores. **Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 95-108, ago./dez. 2009.

Pimenta, S. G.; Lima, M. S. L. **Estágio e Docência**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.